

A América Central na atual expressão da hegemonia estadunidense	Título
Ramírez López, Berenice P. - Autor/a	Autor(es)
Hegemonias e emancipações no século XXI	En:
São Paulo	Lugar
CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	Editorial/Editor
2005	Fecha
	Colección
ALCA, Area de Libre Comercio de las Americas; Mercados Comunes; Negociaciones comerciales; Relaciones Internacionales; Gobierno; Geopolítica; Hegemonia; TLCN, Tratado de Libre Comercio Norteamericano; America Central ; Estados Unidos;	Temas
Capítulo de Libro	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101018023254/06_lopez.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO
<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)
Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)
www.clacso.edu.ar



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences



Ramírez López, Berenice P. **A América Central na atual expressão da hegemonia estadunidense** *En publicacion: Hegemonias e emancipações no século XXI*. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Julio 2005. ISBN: 987-1183-20-8

Disponible en la World Wide Web: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/06_lopez.pdf

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

BERENICE P. RAMÍREZ LÓPEZ*

A AMÉRICA CENTRAL NA ATUAL EXPRESSÃO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE

O TERRITÓRIO dos países tradicionalmente identificados como região centro-americana (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá) tem sido parte do que é considerado “quintal” no âmbito do interesse geopolítico norte-americano e de seu espaço de dominação. Tal conotação expressa uma relação de dominação/subordinação que, entre tensões e contradições, e ao longo de cento e cinquenta anos –isto é, a partir da constituição dos estados nacionais–, foi estruturada em cenários de ditaduras, golpes militares e situações de guerra nas quais o interesse principalmente geopolítico vinculado à situação geográfica da região parece determinar a relação entre os Estados Unidos e a América Central¹.

Nos perguntamos se no início do século XXI a vizinhança da América Central com os Estados Unidos, vista de uma perspectiva exclusivamente geopolítica, é a única que determina as características e expressões que mostram hoje em dia as relações entre ambos, ou se outros fatores estariam intervindo no interesse de continuar fortalecendo uma relação na qual se destaca a dimensão

* Pesquisadora Titular do Instituto de Pesquisas Econômicas, professora do Programa de Pós-graduação em Estudos Latino-americanos e de Pós-graduação em Ciências Políticas e Administração Pública, UNAM. Membro da Rede de Economia Mundial.

¹ Esta relação de dominação/subordinação apresenta matizes num regime como o que se estrutura em Costa Rica depois da revolução de 1948.

econômica, certamente sem que deixe de se evidenciar a dimensão política e a militar; e que relações estes vínculos têm com a expressão da hegemonia norte-americana na região e em escala mundial.

O ponto de partida para se chegar a uma primeira tentativa de interpretação é rever os elementos que consideramos que estão determinando ou dando forma à hegemonia norte-americana no contexto da mundialização econômica. Em segundo lugar, tentar construir os interesses que os Estados Unidos podem estar demonstrando na atual relação com a América Central. E, como terceiro elemento, tentar mostrar também que a construção e a expressão da hegemonia norte-americana é resultado das posições expressas pelos governos centro-americanos, e que nestes momentos parecem se concentrar nos conteúdos e agendas de negociação do Tratado de Livre Comércio entre a América Central e os Estados Unidos, mais conhecido como Central America Free Trade Agreement (CAFTA).

A HEGEMONIA NORTEAMERICANA NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO ECONÔMICA

Tomamos como ponto de partida o conceito de hegemonia referido por A. E. Ceceña:

A hegemonia é a capacidade de converter a própria concepção do mundo em verdade universal, seja porque as condições materiais que a geram e a ação do sujeito coletivo que a sustenta conseguem construir amplos consensos, seja porque todos os mecanismos de correção social e estabelecimento de normatividades afins a esta concepção do mundo impõem-se como essência moral e valores compartilhados mediante o recurso à violência em todas suas formas, justificando assim a sanção à dissidência em quaisquer dos campos da vida social (Ceceña, 2003: 29).

Compartilho esta definição como ponto de partida, já que traz em si a essência da proposição gramsciana² em uma perspectiva de análise que oferece uma interpretação integral e sistêmica, que, além disso, permite formular perguntas específicas sobre o tema deste artigo, na seguinte direção:

A concepção de mundo que se impôs hegemonicamente, e com maior determinação a partir da dissolução do bloco socialista, é a de uma sociedade determinada e impulsionada pelo livre mercado. Esta concepção, que tam-

² Cabe lembrar que Gramsci, ao relacionar hegemonia com consensos, recupera os seguintes aspectos: “hegemonia como a articulação de grupos e frações de classe sob uma direção política, moral e intelectual que, por sua vez, funde grande quantidade de vontades díspares, dando-lhes uma única visão do mundo que se expressa em vontades coletivas [...] se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode, pelo menos, deixar de estar baseada na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo diretor da atividade econômica” (Gramsci, 1975: 25-55).

bém foi identificada como a do pensamento único, tem um suporte material que corresponde às características, formas e dinâmicas da produção de bens e de serviços, e de como se trocam, distribuem e consomem num contexto de mundialização do capital. A mundialização, a partir de minha perspectiva, é determinada pelas características adotadas pelo processo produtivo, no qual a cadeia de valor e sua realização mesma se expandem por várias nações, dando lugar a uma inter-relação entre setores produtivos de vários países que foram se incorporando a redes empresariais mundializadas, seja como provedores de matérias-primas ou insumos, seja transformando, montando ou simplesmente comercializando. A estruturação dessas redes empresariais mundializadas fala de processos de concentração e de centralização do capital que se expressam nas características que o investimento estrangeiro direto mostra³: grande quantidade de fusões empresariais e de expansão de franquias.

Em torno do estado mantido pela hegemonia norte-americana houve toda uma argumentação sobre se esta hegemonia está em declínio ou se fortalece. Dadas as características do comportamento de sua dinâmica econômica, a partir da última década (ver Anexo) a economia norte-americana mostrou uma taxa de crescimento médio anual de 3,7% do Produto Interno Bruto (PIB) durante o período 1992-2000, crescimento importante no investimento fixo, principalmente no setor de equipamento e *software*. Seu setor externo mostrou grande dinamismo e, portanto, houve benefícios para a rentabilidade da economia norte-americana (Bureau of Economic Analysis, 2003: 1).

O dinamismo econômico foi acompanhado de uma política exterior ativa e de ações militares que permitiram apontar que havia uma reafirmação da hegemonia norte-americana; contudo, o ciclo de crescimento econômico apresenta traços de esgotamento desde o final de 2000, aprofundados com os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, o que levou ao fortalecimento da expressão militarista que os Estados Unidos estão mostrando ao mundo. A taxa de crescimento do PIB em 2001 foi de 0,5% e o déficit da conta corrente significou 4,5% do PIB.

Neste contexto, podemos inferir uma hipótese de cenário possível: a concepção de livre mercado que se impôs como visão do mundo, e cujo resultado foi uma maior polarização da riqueza e da exclusão social, está combinando ciclos curtos de crescimento econômico com a manutenção da ordem estabelecida, mediante um maior uso da força. Há uma clara hegemonia militar

3 O investimento estrangeiro direto passou de 10 bilhões e 383 milhões de dólares em 1993 para 79 bilhões e 741 milhões de dólares em 1999, caindo para 38 bilhões e 974 milhões de dólares em 2002. Participou principalmente na compra de empresas estatais e locais produtoras de gás, eletricidade, petróleo, telecomunicações, bancos e setor financeiro (UNCTAD, 2002: 118).

que se expressa em guerras e ações de guerra, mas, apesar disso, há fissuras de diversos tipos no consenso que deveria sustentar essa hegemonia. Se não se consegue restituí-lo, como parece ser a tendência, então a avaliação sobre o estado da hegemonia norte-americana é de uma fragilidade que requer maior uso da força militar. A pergunta que permanece aberta é até quando será possível manter essa relação antes que uma crise geral se manifeste. E se o declínio da hegemonia dará lugar a uma outra, no âmbito do sistema ou em outro contexto.

Na relação com a América Latina, os Estados Unidos estão reorganizando sua dominação, impelidos pela necessidade de estruturar um espaço continental que corresponda a sua projeção econômica e social, na qual se combina uma relação de vizinhos e sócios, embora estes sejam subordinados. Participam desta visão não só o interesse geopolítico, como também uma dimensão prioritariamente econômica que conduz à busca do controle da produção, o que também resulta no controle do território. Com este interesse, os Estados Unidos desenham relações de mercado, induzem comportamentos no investimento privado e avançam na configuração de uma região geográfica vizinha, que, sendo aliada, não só se converte em parte do desenho de uma estratégia político-militar, mas, além disso, nutre de recursos, de bens e serviços, e é o lugar para imposição de padrões de consumo e de valores culturais afins à visão norte-americana.

Então, podemos dizer que, no atual contexto de mundialização, o fortalecimento da hegemonia norte-americana está dependendo de uma recuperação produtiva que requer recursos energéticos garantidos, matérias-primas e força de trabalho barata, afinadas com o padrão industrial que foi se fortalecendo e que está baseado, entre outras prioridades, nas demandas de gás, eletricidade e exploração da biodiversidade; visando garantir o funcionamento de seu padrão produtivo e a geração de novos materiais. Além disso, na busca de novos espaços de investimento e, portanto, de rentabilidade, os setores produtores de energia, as telecomunicações e os serviços converteram-se em espaços atraentes para a participação da iniciativa privada, para o investimento estrangeiro direto e para as empresas transnacionais.

HEGEMONIA NORTE-AMERICANA E AMÉRICA CENTRAL

Se o contexto mundial está impulsionando a reorganização da dominação estadunidense e sua expressão hegemônica na América Latina sobre a base de uma dominação quase absoluta dos territórios e das sociedades, e se vemos que

no passado dos países centro-americanos tal vocação de dominação já havia de algum modo se manifestado, o que é estritamente novo?

Uma primeira característica é a busca de controle de toda a sociedade para operar as mudanças que, na perspectiva da dominação norte-americana, são necessárias em diversos âmbitos para gerar espaços rentáveis e economias de mercado que não só resguardem o território diante das ameaças externas, mas que participem na criação de espaços competitivos para fortalecer a presença norte-americana em escala mundial. Não se trata somente de uma exploração de recursos e de força de trabalho, mas da conformação de novos indivíduos e, portanto, de novas sociedades que possam responder aos requerimentos que, a médio prazo, a reprodução do sistema necessita.

Esta consideração apóia-se nas últimas recomendações que o vice-presidente do Banco Mundial está indicando, ao dizer que “as reformas comerciais por si mesmas não são suficientes sem uma força de trabalho bem treinada e com maiores esforços em pesquisa e desenvolvimento” (De Ferranti, 2003: 3). Isto é, não só se requer força de trabalho barata, mas força de trabalho treinada. Como o gasto requerido é maior do que aquele que o Estado pode conceder à educação, então deve-se abrir mais ao setor privado a participação, administração e geração de serviços educativos. De acordo com a distribuição da renda, os setores que podem pagar mais são os de mais altos recursos; então, a polarização social tenderá a acentuar-se mais.

E como o setor produtivo requer uma forma específica de treinamento, a educação é transformada em treinamento técnico para realizar certas atividades, e não em uma educação integral que permita construir uma visão do mundo e um sentido comum mais de acordo com o desenvolvimento humano.

Minha interpretação do interesse dos Estados Unidos em relação à América Central se situa na necessidade de garantir, de um lado, uma zona de circulação de recursos energéticos, petróleo, gás e eletricidade. E, de outro, continuar impulsionando as atividades de maquila* que permitem à economia norte-americana baratear custos, especialmente nos setores de vestuário, têxteis e microcomponentes de informática, para fazer frente à competição internacional, principalmente asiática.

Uma segunda característica da expressão da hegemonia norte-americana na América Central refere-se ao respaldo que, depois dos acordos de paz, os principais atores políticos centro-americanos deram à organização da dominação, mediante a estruturação de democracias representativas, ainda que estas apresentem crises de legitimidade e perda de confiança. Principalmente os governos de El Salvador e da Guatemala, por terem enfrentado acordos de paz, e governos como o da Nicarágua e o de Honduras, que desde os anos 1980 manifestaram uma posição pró-estadunidense e aumentaram seus vínculos com

* N. do T. Manten-se o termo em espanhol.

os Estados Unidos. Costa Rica, por sua vez, que desde sua conformação como democracia moderna, depois da revolução de 1948, manteve uma relação com os Estados Unidos na qual expressa posições de interesse nacional, também aumentou tais vínculos, principalmente porque, ao efetuar as reformas estruturais direcionadas à liberalização e abertura de mercados, aceitou o investimento estrangeiro que, por seu montante e efeitos, tornou mais evidente a influência dos Estados Unidos.

Uma terceira característica refere-se ao reposicionamento do espaço territorial da região centro-americana em uma perspectiva geopolítica de apoio à construção do espaço hemisférico sob a exclusiva dominação norte-americana. A América Central serve de contenção a outras iniciativas regionais que buscam mais autonomia, como poderia ser a revitalização do projeto do MERCOSUL e suas possíveis alianças com os países da Comunidade Andina.

Sua situação geográfica e estratégica é reforçada porque agora representa uma fronteira de proteção para a região do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) e, caso a estruturação do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) sofra atraso, a estratégia a seguir é que, mediante acordos bilaterais (Chile-Estados Unidos e Peru-Estados Unidos) e sub-regionais como o CAFTA, a construção da ALCA vá se realizando, ainda que num primeiro momento chegue somente até a Costa Rica.

Desta forma, a posição dos governos da América Central pode chegar a representar uma ponte que conduza a uma maior aproximação dos países latino-americanos com os Estados Unidos, e também um dique para que os movimentos sociais da Bolívia, Brasil, Argentina e outros países não influenciem ou gerem simpatia naqueles do México. O resultado desta disjuntiva depende das manifestações dos movimentos sociais centro-americanos.

A EXPRESSÃO MAIS RECENTE: CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS DA NEGOCIAÇÃO DO TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO AMÉRICA CENTRAL-ESTADOS UNIDOS

Partimos do pressuposto de que a hegemonia se impõe porque há uma dominação que é exercida e que até o momento é aceita, e que muitas vezes tem avançado porque forças políticas locais ou internas a favoreceram; este é o caso do acordo de livre comércio que os países centro-americanos pediram para estabelecer com os Estados Unidos.

Interessados em fortalecer e aumentar os vínculos econômicos e o livre comércio, no mês de fevereiro de 2001 os ministros encarregados do Comércio Exterior da América Central aprovaram o Marco Geral para as negociações de um Tratado de Livre Comércio entre Costa Rica, El Salvador, Guatemala,

Honduras, Nicarágua e Estados Unidos. No mês de setembro do mesmo ano iniciaram-se as conversações. Em 16 de janeiro de 2002 o Presidente George W. Bush assinalou: “Hoje anuncio que os Estados Unidos explorarão um tratado de livre comércio com os países da América Central. Meu governo colaborará estreitamente com o Congresso, para esse fim. Nosso objetivo é fortalecer os vínculos econômicos que já temos com estas nações, para reforçar seu progresso em direção às reformas econômicas, políticas e sociais; e dar outro passo para a conclusão da Zona de Livre Comércio das Américas” (Bush, 2002).

Em 26 de setembro de 2002 foi apresentada a resolução presidencial dos governos da América Central, na qual concedem todo o apoio político ao processo de pré-negociação e negociação do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, solicitam 500 mil dólares ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para cada um dos países como apoio a este processo, e estabelecem o mês de janeiro de 2003 como data de início das negociações.

O interesse dos governos centro-americanos em subscrever um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos é apoiado nas seguintes considerações.

a) As reformas estruturais aplicadas durante os anos 1990 tiveram como resultado modificações no padrão de reprodução social, entendendo-se por isso mudanças nas fontes de acumulação, na organização do trabalho, na distribuição do que se produz e nos padrões de consumo, mediante novas formas de inserção na economia mundial e no estabelecimento de novas legislações e novas funções estatais. Todas essas ações vão determinando modificações nos indivíduos e nas sociedades. A partir de 1987, mas com maior definição desde 1992, os governos centro-americanos deram início a políticas econômicas dirigidas à reativação do crescimento das economias sob novas modalidades: aplicaram políticas de liberalização comercial e financeira, reformas tributárias, modificações nos tipos de câmbio, processos de privatização, reformas das aposentadorias e reformas trabalhistas. Os resultados mais evidentes mostram que as fontes de financiamento do crescimento continuam situadas no setor externo, pela via das divisas geradas pelo comércio exterior, pela entrada de investimento estrangeiro direto e pelas remessas que os familiares dos centro-americanos enviam do exterior, principalmente dos Estados Unidos.

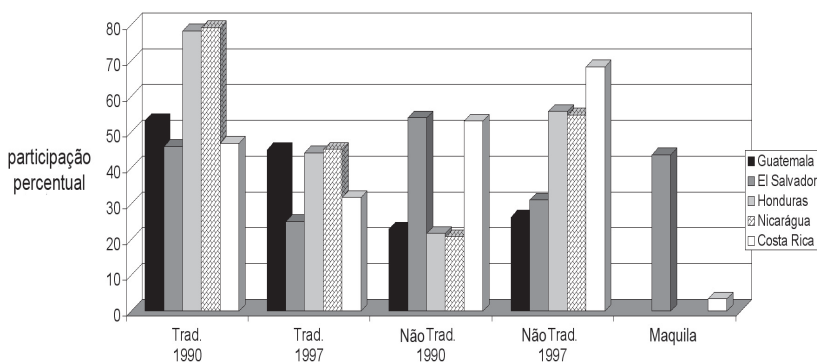
Levando em conta a importância do setor externo na oferta e demanda centro-americana, a abertura comercial e financeira tem sido dos processos que mais modificaram a estrutura produtiva e, portanto, a estrutura do comércio exterior.

A abertura comercial foi levada a cabo com a harmonização e a diminuição de tarifas, assim como com a implementação de políticas dirigidas à expansão da oferta exportável, incentivando as chamadas exportações não-tradicionais

que, no caso da América Central, referem-se a novos produtos que provêm do setor primário, como as hortaliças, as flores e os frutos, e diminuindo a participação de seus tradicionais produtos de exportação: o café, o açúcar, a banana e a carne. Os outros bens que imprimem mudanças substanciais na atividade produtiva e exportadora da América Central provêm da maquila, principalmente de confecção, peças de vestir e de componentes de informática, o que se desenvolve com maior persistência em El Salvador e Costa Rica. Além de abrir os mercados para a troca de bens, incentiva-se a troca de serviços e modificam-se as estruturas alfandegárias e a legislação em torno do investimento estrangeiro.

As mudanças ocorridas na estrutura produtiva e comercial centro-americana podem ser observadas na informação que se segue.

GRÁFICO 1
COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES



Fonte: CEPAL (1997). Elaborado com cifras do Estudio Económico de América Latina.

QUADRO 1

ISTMO CENTRO-AMERICANO: EXPORTAÇÕES TOTAIS E EXPORTAÇÕES DE MAQUILA E ZONAS FRANCAS, 2000* (MILHÕES DE DÓLARES)

	Exportações totais**	Exportações maquila e zonas francas	Maquila e zonas francas
Istmo Centro-americano	19.605	11.121	56,7
Mercado Comum Centro-americano	13.722	6.174	45,0
Costa Rica***	5.042	3.346	66,4
El Salvador	2.934	1.609	54,7
Guatemala****	3.026	374	12,4
Honduras	2.046	542	26,5
Nicarágua	674	300	44,5
Panamá	5.883	4.950	84,0

Fonte: CEPAL (2002).

* Sem incluir Belize.

** As cifras desta coluna não coincidem necessariamente com as do BADECEL, que são a base de todo o documento.

*** Inclui os três regimes especiais de exportação definidos pelo governo.

**** A cifra sobre exportações de maquila e zonas francas corresponde ao valor agregado.

b) As exportações centro-americanas que se dirigem para os Estados Unidos aumentaram, de 35 para 45%, de 1995 a 2000, e as importações mantêm uma proporção de 40% (CEPAL, 2003a: 26). Os governos centro-americanos consideram que para consolidar o modelo de exportação adotado necessitam do mercado norte-americano e de investimento estrangeiro direto, em razão do que buscam estruturar uma relação econômica com os Estados Unidos que lhes permita ter condições de livre comércio, ainda que isso signifique deixar de se beneficiar das preferências que lhes foram concedidas unilateralmente, como aquelas que recebem desde 1982 com a Iniciativa da Bacia do Caribe [Iniciativa de la Cuenca del Caribe (ICC)].

QUADRO 2
MERCADO COMUM CENTRO-AMERICANO (MCCA)
PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NO COMÉRCIO REGIONAL
(PORCENTAGENS)*

	1995	1996	1997	1998	1999	2000**	2001**
Exportações da região destinadas aos Estados Unidos							
MCCA	35,9	40,4	42,4	39,8	43,1	43,0	38,9
Honduras	51,2	52,9	65,0	58,3	56,2	53,1	58,8
Nicarágua	40,5	44,1	45,0	37,5	35,3	37,8	26,4
Importações da região provenientes dos Estados Unidos							
MCCA	42,7	44,6	44,2	45,3	42,4	40,8	40,3
Costa Rica	45,0	49,4	47,0	53,3	47,5	48,8	52,0
El Salvador	42,1	39,5	40,7	38,0	36,8	34,2	33,7
Guatemala	43,8	43,9	41,2	41,5	40,6	40,0	35,0
Honduras	44,8	49,0	53,8	51,7	46,6	46,4	42,1
Nicarágua	30,1	33,6	37,1	30,1	32,9	24,2	26,9

Fonte: Secretaria de Integração Econômica Centro-americana (SIECA).

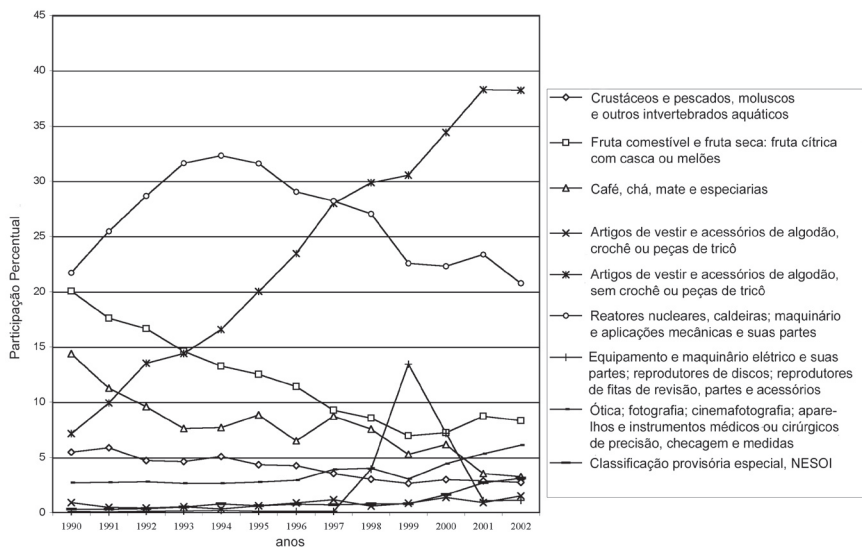
* Não inclui maquila.

** Cifras preliminares

Entre os produtos que os centro-americanos e a maquila instalada na América Central posicionaram de maneira competitiva nas exportações para os Estados Unidos encontram-se: a roupa de tricô para bebês, vestuário e roupa de cama; as partes e os acessórios de maquinarias; os circuitos integrados e as microestruturas eletrônicas e os instrumentos e aparelhos médicos (CEPAL, 2003b: 23).

No gráfico seguinte mostra-se a importância que adquiriu a exportação de têxteis para os Estados Unidos e a queda das exportações agrícolas.

GRÁFICO 2
PRINCIPAIS PRODUTOS DA AMÉRICA CENTRAL
IMPORTADOS PELOS ESTADOS UNIDOS



Fonte: CEPAL (2004).

c) O antecedente do qual partem os países centro-americanos para negociar um Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos é a ICC, já que é o tratado preferencial mais importante de que a região dispõe para comercializar com os Estados Unidos. Data de 1983, quando foi estabelecida a Lei de Recuperação Econômica da Bacia do Caribe [Ley de Recuperación Económica de la Cuenca del Caribe (LRECC)].

A ICC proporciona a 24 países beneficiários o livre acesso de direitos ao mercado dos Estados Unidos para a maior parte das mercadorias. Em 1990 a LRECC foi emendada para aumentar modestamente o acesso ao mercado dos Estados Unidos, e lhe foi conferido caráter permanente. Em maio de 2000 os Estados Unidos promulgaram uma nova ampliação da ICC mediante a Lei de Cooperação Comercial com a Bacia do Caribe [Ley de Cooperación Comercial con la Cuenca del Caribe (CBTPA)]. Esta nova lei proporciona acesso preferencial a produtos que anteriormente haviam sido excluídos, já que permite a exportação de peças de vestir e de têxteis, ainda que sujeitos a quotas, com direitos alfandegários superiores às tarifas consolidadas frente à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Entre os maiores benefícios da ampliação do ano 2000 aparecem o acordo que livra de tributos e de contingências a maioria das peças de vestir fabricadas com fios e tecidos dos Estados Unidos, assim como a autorização para uma quantidade limitada de peças de vestir fabricadas em países beneficiários da ICC a partir de tecidos da mesma região, produzidos a partir dos fios dos Estados Unidos, assim como outros produtos que anteriormente estavam excluídos, como o atum enlatado, determinadas peças de calçado e produtos de petróleo, que agora podem entrar nos Estados Unidos pagando direitos equivalentes aos que são aplicados aos produtos mexicanos no TLCAN (OMC, 2001: 18).

Apesar da ICC, 66% das exportações de El Salvador, 72% de Honduras, 71% da Guatemala, 67% da Nicarágua e 25,4% da Costa Rica estão sujeitas a tarifas alfandegárias e de outro tipo.

d) Por seu lado, os Estados Unidos declararam que perseguem um acordo de livre comércio com a América Central porque isso lhes abriria espaços de investimento onde este seria considerado como nacional. Buscam, além disso, sinalizar para toda a América Latina e pressionar para que as negociações da ALCA sejam aceleradas. Pretendem também melhorar a oferta, os preços e as condições de troca comercial dos países centro-americanos. Mas é quando são apontados os aspectos mais perniciosos, por seu caráter de intromissão nos assuntos internos dos países, quando aludem que tal acordo promoverá a democracia, a liberdade social e a competição, que se revela uma projeção de dominação.

A NEGOCIAÇÃO DO ACORDO

A partir de janeiro de 2003 realizam-se reuniões orientadas para a estruturação do texto definitivo do CAFTA. Até a presente data realizaram-se oito rodadas. Entre os aspectos mais significativos propostos temos os seguintes:

- Os Estados Unidos propõem que a América Central libere 66% de seus produtos industriais e de consumo e 64% dos produtos agrícolas. Para o resto dos produtos propõem uma redução de tarifas alfandegárias por 5 e 10 anos.
- Os países centro-americanos propõem uma redução de tarifas alfandegária por quatro períodos de pelo menos 15 anos. No primeiro período entrariam os produtos que sofreriam redução de imediato, no segundo período os que teriam redução aos cinco anos, no terceiro período os que

teriam redução aos dez anos, e no quarto os que receberiam um tratamento especial e reduções de até quinze anos. Em sua proposta, os países centro-americanos estão observando que nas negociações para a ALCA os Estados Unidos estão propondo a eliminação de tarifas para as importações procedentes da América Latina até 2015, enquanto que aquelas correspondentes a têxteis e confecções a teriam até 2010. Esta posição norte-americana dificulta as propostas de tempos mais amplos de redução e coloca em perigo as estruturas produtivas locais. Diante desta situação, os centro-americanos indicaram que “tentarão se amparar nas tarifas consolidadas da OMC, porque estas são maiores que as da região” (*El Diario de Hoy*).

- Os Estados Unidos declararam que têm interesse nos seguintes bens: avícolas, lácteos, grãos, cereais, arroz, bebidas, sopas de todo tipo, sucos, frango, carne bovina e suína, tecnologia de informação, químicos, fertilizantes, plásticos, maquinaria agrícola e industrial.

- Os centro-americanos solicitaram a revogação dos subsídios e apoios internos à produção e exportação de produtos norte-americanos, assim como a eliminação imediata de barreiras não-alfandegárias aos produtos centro-americanos, principalmente das medidas sanitárias e fito-sanitárias que afetaram as exportações centro-americanas de flores, plantas, samambaias e frutas. Cabe mencionar que o montante dos pagamentos diretos que os Estados Unidos fazem aos produtores agrícolas e pecuários foi de 30 bilhões de dólares no ano de 2000.

- Solicitam também a equiparação das tarifas dos produtos agropecuários e industriais dos Estados Unidos aos níveis alfandegários centro-americanos.

- Os centro-americanos pedem acesso livre e irrestrito de 500 milhões de toneladas anuais de açúcar e o livre acesso de produtos elaborados a partir do açúcar. Atualmente o acesso livre é de 126.400 toneladas; além desse volume, a tarifa é de 300%. Esta solicitação apóia-se no fato de que os Estados Unidos eliminaram quotas de exportação e tarifas no Acordo de Preferências Comerciais Andinas, além do que a OMC determinou a eliminação de quotas de exportação em escala global antes de 2005.

- A Associação Gremial de Exportadores de Produtos Não-Tradicionais da Guatemala solicita o uso de tecido regional, elaborado com fios da área, para a entrada de roupa livre de tarifas, assim como um acesso preferencial para têxteis e vestimenta produzida na América Central. Nesta mesma direção, o Conselho Empresarial Centro-Americano introduz a idéia de uma regra de origem a partir das fibras.

- Outra solicitação centro-americana é a de manter fora da negociação toda disposição que obrigue as zonas francas a renunciar aos subsídios para exportação com que contam atualmente.

- Nesta fase de reuniões, pré-negociações e negociações, chama atenção a postura do governo da Costa Rica, que manifesta sua posição nacional e seu interesse de Estado mediante as considerações que se seguem. Face ao acordo sobre os serviços, indica:

Historicamente o Estado costa-riquense tem ministrado, no exercício de suas faculdades governamentais, uma série de serviços que respondem a um amplo leque de necessidades da sociedade nacional, tais como a seguridade social e a educação pública, por isso, as negociações sobre serviços dentro do âmbito do TLC com os Estados Unidos deverão orientar-se no sentido de que estes tipos de serviços possam continuar sendo ministrados pelo Estado com a finalidade de atingir seus objetivos de desenvolvimento (Ministério do Comércio Exterior, 2003: 23).

Apontam, portanto, que o TLC não deve levar ao desmantelamento do âmbito regulatório dos serviços, que não deve afetar a prestação de serviços públicos do Estado nem implicar a abertura dos serviços de telecomunicações.

O governo costa-riquense reconhece que as “empresas estadunidenses visualizaram o investimento no exterior como um meio para aumentar a competitividade e salvaguardar sua participação no mercado dos Estados Unidos” (Ministério do Comércio Exterior, 2003: 27-28).

Por isso, em matéria de investimento e face ao Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, sugerem promover, mediante a experiência de ser um país tradicionalmente aberto ao investimento estrangeiro, a atração de investimento novo, como vinham fazendo, que represente a injeção de novos recursos na economia nacional e que se volte para o estabelecimento de novos negócios e atividades, em vez da aquisição de negócios existentes. Trata-se de investimento dirigido para a exportação e, por conseguinte, para atividades geradoras de divisas, e não orientadas para o mercado interno. Concentrou-se no setor industrial, desempenhando um papel importante na transformação e diversificação da oferta exportável, e começa a promover a vinculação entre empresas estrangeiras e locais, abrindo novas opções para o melhoramento da indústria local.

RODADAS DE NEGOCIAÇÃO, AGENDAS E PRINCIPAIS ACORDOS

RODADAS DE NEGOCIAÇÃO	OBJETIVOS	RESULTADOS ⁴
<p>I Rodada. San José, Costa Rica. De 27 a 31 de janeiro de 2003</p>	<p>Troca de informação comercial relevante. Reunião dos 5 grupos de negociação: a) acesso a mercados; b) serviços e investimento; c) compras do setor público e propriedade intelectual; d) solução de controvérsias e disposições institucionais; e) trabalho e meio-ambiente. Também reuniram-se os grupos de trabalho sobre cooperação e medidas sanitárias e fito-sanitárias.</p>	<p>Foram analisados as características e os alcances de vários acordos comerciais estabelecidos entre os países participantes com terceiros. Entre eles, os estabelecidos pelos países centro-americanos com Chile, México e Canadá.</p>
<p>II Rodada. Cincinnati, Estados Unidos. De 24 a 26 de fevereiro de 2003</p>	<p>Conhecer a proposta de texto apresentada pelos Estados Unidos nas diversas áreas de negociação. Apresentar reações iniciais por parte da América Central às propostas dos Estados Unidos.</p>	<p>Propostas dos Estados Unidos Acesso a mercados Propõe-se a vigência e o tratamento preferencial durante 5 anos para os produtos provenientes de empresas estabelecidas sob o amparo de algum regime especial de exportação. Como regra de origem para produtos têxteis e de vestuário, devem utilizar fibra e tecido nativos, assim como realizar os processos de corte, costura, aplicação e confecção no território das Partes do Acordo. Serviços e investimento O objetivo é fomentar o desenvolvimento comercial trans-fronteiriço. Propõe-se um amplo âmbito de aplicação para o investimento no setor financeiro e um âmbito de aplicação mais restrito para o comércio trans-fronteiriço deste tipo de serviços.</p>

⁴ Faz-se referência apenas aos acordos alcançados; não se registram os temas que ainda precisam ser discutidos ou aqueles que não conseguem consenso.

HEGEMONIAS E EMANCIPAÇÕES

RODADAS DE NEGOCIAÇÃO	OBJETIVOS	RESULTADOS
<p>III Rodada. San Salvador, El Salvador. De 31 de março a 4 de abril de 2003</p>	<p>Conhecer as propostas e contra-propostas da América Central nas diversas áreas de negociação. Receber as reações iniciais por parte dos Estados Unidos.</p>	<p>Acesso a mercados Níveis de convergência identificados: acordo nacional, tratamento de bens de zona franca, eliminação de medidas não-alfandegárias e impostos para a importação, eliminação de subsídios para a exportação, regras de origem, procedimentos aduaneiros e facilitação do comércio, eliminação de obstáculos técnicos ao comércio e medidas sanitárias e fito-sanitárias.</p>
<p>IV Rodada. Guatemala, Guatemala. De 12 a 16 de maio de 2003</p>	<p>Apresentar a oferta regional de acesso na área de bens, que incorpora duas partes: a apresentação de uma primeira oferta em matéria de redução de tarifas alfandegárias e a apresentação da primeira oferta sobre regras de origem específicas. Outro objetivo foi apresentar os anexos referentes a compras do setor público, serviços e investimento.</p>	<p>Serviços e Investimento Promover o investimento produtivo no setor financeiro, assim como os serviços financeiros trans-fronteiriços. A delegação costa-riquense apresentou sua posição relativa à abertura do setor das telecomunicações, apontando que esta não será objeto de negociação dentro do âmbito do TLC.</p>
<p>V Rodada. Tegucigalpa, Honduras. De 16 a 20 de junho de 2003</p>	<p>Discussão da segunda oferta de acesso a mercados, intercambiada entre as Partes na área de bens e na discussão sobre as regras de origem específicas, incluindo as do setor têxtil. Continuação da negociação dos capítulos do acordo, com base nas propostas e contrapropostas que as partes vinham apresentando ao longo do processo.</p>	<p>Acesso a mercados Princípios e procedimentos que devem ser seguidos para a aplicação de uma medida de salvaguarda: a eliminação de medidas não-alfandegárias, a eliminação de subsídios para a exportação, a eliminação dos obstáculos técnicos ao comércio, a criação de um comitê para resolver questões agrícolas e as normas que devem reger a aplicação de medidas sanitárias e fito-sanitárias.</p>

RODADAS DE NEGOCIAÇÃO	OBJETIVOS	RESULTADOS
<p>VI Rodada. Nova Orleans, Estados Unidos. De 28 de julho a 10 de agosto de 2003</p>	<p>Discussão na área de acesso a mercados e regras de origem específicas, incluindo as do setor têxtil; continuação da negociação dos capítulos do acordo com base nas propostas e contrapropostas que as Partes vinham apresentando ao longo do processo.</p>	<p>Acesso a mercados Acordos obtidos em aproximadamente 46% de todas as regras de origem específicas (sem incluir têxteis). Do total das regras de origem para o setor agrícola chegou-se a acordos em aproximadamente 70%, enquanto que no setor industrial foram obtidos acordos para 40% das regras. Conclusão da negociação sobre comércio eletrônico e facilitação do comércio, que incorpora temas sobre disposições gerais, fornecimento eletrônico de serviços, produtos digitais, transparência, cooperação e definições, e permite aos países impor tarifas internas aos produtos digitais. Foi estabelecido o Instituto para a Capacidade Comercial, um centro gerador de iniciativas. Foi solucionado o tema da certificação da Associação Cooperativa de Pequenos Produtores Agropecuários de Águas Claras de Upala, que poderão exportar palmito para os Estados Unidos.</p> <p>Trabalho e Meio ambiente A América Central ainda não aceita que o tema do trabalho faça parte do TCL. No grupo sobre cooperação conseguiu-se estabelecer os temas prioritários dos países –concretamente, o apoio à pequena e média empresa e o fomento ao desenvolvimento rural.</p>

HEGEMONIAS E EMANCIPAÇÕES

RODADAS DE NEGOCIAÇÃO	OBJETIVOS	RESULTADOS
<p>VII Rodada. Manágua, Nicarágua. De 15 a 19 de setembro de 2003</p>	<p>Determinar a área de acesso a mercados e regras de origem específicas, e continuar com a negociação dos capítulos do acordo com base nas propostas e contrapropostas que as Partes vinham apresentando ao longo do processo.</p>	<p>Acesso a mercados No campo da agricultura realizaram-se acordos quanto aos prazos de redução tarifária dos produtos agrícolas, com base em uma proposta centro-americana: zero, cinco, dez, doze e quinze anos. Os Estados Unidos aceitaram incluir dentro da lista de abastecimento escasso 65% dos produtos originalmente propostos pela América Central. Adicionalmente, discutiu-se em detalhes as regras de origem específicas, obtendo-se acordo em aproximadamente 45% das mesmas.</p>
<p>VIII Rodada. Houston, Estados Unidos. De 20 a 24 de outubro de 2003</p>	<p>Discussão na área de acesso a mercados e regras de origem específicas, tanto na área industrial e têxtil como na agrícola. Continuação da negociação dos capítulos do acordo com base nas propostas.</p>	<p>Acesso a mercados Entendimento sobre os prazos de cestas de redução tarifária para o setor industrial. Quatro períodos: a) livre comércio imediato; b) cinco anos; c) dez anos; d) dez anos não-lineares. Um dos avanços mais substanciais desta rodada de negociação foi a consolidação do acesso ao mercado estadunidense livre de tarifas aduaneiras para todos os bens do setor industrial, exceto para alguns produtos do setor de calçados e de atum na água. Investimento e serviços Busca-se garantir a concessão de acordo nacional por parte dos países para os investimentos e investidores de outro país. Da mesma maneira, procura-se obter o reconhecimento de um acordo pelo menos igual ao mais favorável concedido no nível estatal ao investimento e aos investidores de qualquer outro país. Mesmo assim, não poderá ser exigido requisito de nacionalidade para ocupar postos de alta direção empresarial.</p>

RODADAS DE NEGOCIAÇÃO	OBJETIVOS	RESULTADOS
<p>IX Rodada. Washington, Estados Unidos. De 8 a 12 de dezembro de 2003</p>	<p>Concluir as negociações do Acordo de Livre Comércio.</p>	<p>Em 17 de dezembro, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicaragua concluíram com os Estados Unidos as negociações do Tratado de Livre Comércio. A Costa Rica suspendeu sua participação porque considerava que as negociações punham em perigo o setor agrícola e o sistema de saúde, e que não havia uma abertura adequada para as telecomunicações e os seguros. A reação dos Estados Unidos pode ser deduzida do que foi apontado por Zoellick. “Estamos avançando com estes quatros países. Esperamos que a Costa Rica não demore a se unir, mas também não vamos esperá-la” (Zoellick, 2003). Em 25 de janeiro de 2004 –e depois de 11 encontros– a Costa Rica aceita aberturas parciais nos mercados de telecomunicações (redes, celulares e Internet) e nos seguros. Pactua acordos em carne bovina, azeite, açúcar, arroz e frango, e exclui a batata e a cebola do programa de redução de tarifas. No setor agroindustrial, negocia um prazo de 20 anos para o leite, uma salvaguarda especial agrícola que consiste em subir as tarifas caso se alcance um determinado nível de importações, e períodos sem pagamento.</p>

ALGUMAS IMPLICAÇÕES DOS CONTEÚDOS DO PRÓXIMO ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO AMÉRICA CENTRAL-ESTADOS UNIDOS

Os capítulos que fazem parte das negociações entre os países contratantes deste Acordo são os que constituíram os acordos ou tratados de livre comércio conhecidos como de terceira geração. Os conteúdos expressos em capítulos de negociação e que se referem a acordo nacional e acesso a bens do mercado, comércio de serviços, investimento, propriedade intelectual, compras do setor público, solução de diferenças, assuntos institucionais, meio ambiente e

trabalho, transformam-se em aspectos de risco quando aqueles que negociam apresentam tantas assimetrias e diferenças produtivas como os Estados Unidos e os países centro-americanos.

Todos os capítulos que estão sendo negociados significam um grande risco caso prevaleça, por parte dos Estados Unidos, a perspectiva de dominação acima da de negociação, mas considero que três aspectos são os que colocam em maior perigo a conservação de espaços de autonomia nacional e a possibilidade de levantar projetos de desenvolvimento de benefício integral para o conjunto das sociedades locais. Estes aspectos referem-se a: acordo nacional e acesso a bens do mercado; comércio de serviços; e regime de investimento.

O primeiro aspecto, de acesso a bens, mostra como é difícil propor programas de redução tarifária quando, de um lado, há datas regionais e internacionais que condicionam estes programas, como é o caso da proposta da ALCA e das rodadas ministeriais da OMC, e por outro, por mais prazos que sejam dados à redução tarifária, se esta não é acompanhada de políticas de fomento, os setores produtivos em um ambiente de abertura e livre comércio terão muitas dificuldades para competir, e seu futuro parece ser o de continuar como países maquiadores, exportadores de bens primários não-tradicionais e de mão-de-obra. Outro aspecto de muito risco neste capítulo é o que se refere às regras de origem, já que os conteúdos regionais deveriam estar apoiados na possibilidade de fortalecer as economias participantes em seu conjunto, ampliando a incorporação de insumos regionais. Contudo, pelo grau de transnacionalização destas economias, é evidente a imposição do país hegemônico, que para o ramo têxtil tenta impor que a origem do fio seja estadunidense, ou que a origem regional encubra as atividades de redes empresariais globalizadas que atuam no espaço centro-americano e exigem a institucionalização de um espaço regional de livre comércio.

O tema dos investimentos é extremamente delicado, já que estes acordos, mais do que procurar expandir o comércio, buscam espaços de investimentos que signifiquem para os Estados Unidos a possibilidade de fortalecer sua hegemonia e dominação. Com estes tratados garante-se a concessão de acordo nacional, por parte dos países, aos investimentos e investidores do outro país. Da mesma maneira, procura-se conceder reconhecimento para um acordo não menos favorável do que o mais favorável concedido em escala estatal ao investimento e investidores de qualquer outro país. Isto deixa em condições iguais o investimento privado local e o externo. Sabemos que o nível de competitividade e de produtividade dos Estados Unidos e do capital transnacional é geometricamente superior ao da América Central, razão pela qual sabemos de antemão quem ganhará na competição pelos espaços de investimento.

A isto é preciso acrescentar que, em vez de apoiar posições de benefício nacional e regional, como a expressada pela Costa Rica (indicando que o investimento estrangeiro direto é bem-vindo sempre e quando se trate de investir em novos espaços produtivos, e não apenas para a compra de ativos estatais em vias de privatização, ou que o setor de serviços oferecidos pelo Estado, assim como as telecomunicações, estão fora de negociação no tratado), os quatro países restantes continuam negociando estes capítulos a partir da perspectiva dos Estados Unidos, que é, certamente, a do grande capital. O resultado são pressões para enfraquecer a proposta costa-riquense, e contrapropostas que expressam o real interesse norte-americano. Concretamente, os Estados Unidos chamaram a atenção da Costa Rica para a necessidade de abrir suas telecomunicações, para estabelecer “redes privadas de dados, de maneira a permitir às subsidiárias estabelecidas na Costa Rica a comunicação com suas matrizes através de suas próprias redes privadas. Além disso, perseguem o acesso a provedores de serviços na área da Internet e na telefonia celular” (Ministério do Comércio Exterior, 2003: Rodada VIII).

Esta posição contrasta muito com a resposta que os Estados Unidos deram à solicitação dos governos centro-americanos de eliminar os subsídios à produção e exportação agrícola, ao indicar que isto era de âmbito multilateral e que seria decidido nesse espaço. Já sabemos do retrocesso da Reunião de Cúpula Ministerial da OMC em Cancún, onde foi eliminada qualquer possibilidade de constituição de uma Rodada do Desenvolvimento na qual fosse dado um tratamento especial aos países em via de desenvolvimento. Novamente a dominação se sobrepôs à negociação.

Outros perigos graves podem derivar do que está sendo negociado, por exemplo, no âmbito do tratamento do meio ambiente. Os países centro-americanos insistiram que fosse incluída a mesma redação contida no tratado dos Estados Unidos com o Chile e o TLCAN, no que se refere ao conceito de legislação ambiental, e que se limita às regulações de proteção e conservação dos recursos naturais. A preocupação dos centro-americanos é a de que, ao não serem indicadas explicitamente, se queira participar das regulações sobre a exploração comercial de recursos naturais. A resposta do governo norte-americano é a de que não é necessário.

A riqueza da biodiversidade e da diversidade cultural desta zona transforma-se num ponto de interesse contemplado tanto neste tratado como no Plano Puebla Panamá (PPP).

O PPP, apresentado no ano 2000 como projeto do governo de Vicente Fox, incorpora demandas centro-americanas e mexicanas que visam o desenvolvimento regional. Nesta proposta participam 8 estados do sul do México: Puebla, Guerrero, Veracruz, Oaxaca, Chiapas, Tabasco, Campeche, Yucatán,

Chiapas e sete países da América Central: os cinco que estão negociando o Tratado com os Estados Unidos, mais Belize e Panamá. O PPP projeta integrar 27,5 milhões de mexicanos com 34 milhões de centro-americanos. Busca instrumentar projetos nos seguintes âmbitos: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, prevenção e atenção a desastres naturais, promoção do turismo, integração comercial, integração de infra-estrutura, interconexão energética e telecomunicações.

No ano 2002 as expectativas deste projeto eram muito grandes, mas foram diminuindo ao se observar que somente havia sido aprovado o financiamento do BID, que subia para 4 bilhões e 224 milhões de dólares, e 608 milhões de dólares do Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE) para o desenvolvimento da infra-estrutura, concretamente para a construção de 32 trechos de rodovias, e que o resto dos projetos, se não podiam ser assumidos pelo governo local, deviam buscar investimento privado. Durante o ano de 2003 o avanço do PPP concentrou-se na infra-estrutura. Foi ratificado o projeto de integração elétrica com fundos do BID, projeto conhecido como Sistema de Integração Elétrica para a América Central (SIEPAC), e chegou-se a um acordo para desenvolver a Rede Internacional de Rodovias Mesoamericanas.

Poderia parecer que o interesse pela biodiversidade e pelo controle de códigos genéticos exige primeiro o estabelecimento das conexões adequadas de comunicação, isto é, contar com um bom sistema de rodovias na região. Contudo, isto, que pode ser considerado como um processo de modernização, transforma-se na mudança de local e deslocamento de comunidades e povos com uma história de muitos séculos e com relações totalmente diferentes com o meio natural. Isto, mais a destruição das economias de subsistência, resultou em aumento das migrações, mas também em diversos movimentos sociais que se organizam como espaços de resistência.

As respostas sociais são as que poderão modificar o rumo destes acordos e as modalidades de integração com os Estados Unidos já que, como indicamos, os grupos dominantes e a maioria dos governos vêem como opção quase única o estabelecimento de um acordo de livre comércio com seu vizinho do norte. Os graves problemas de integração nacional e de falta de crescimento e de desenvolvimento são analisados em sua resolução somente a partir de uma maior relação de dependência. Isto está dando como resultado o enfraquecimento do esquema regional que configura o espaço comercial do Mercado Comum Centro-americano e do Sistema de Integração Centro-americana (SICA), que em situações de mundialização deveriam ser reforçados para benefício local e regional. Cabe recordar que o mercado regional representa 20% das exportações totais; nessa proporção, dinamiza ofertas e demandas apesar das condições da economia mundial. O risco no futuro é que, com o estabelecimento de um

Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, os novos investimentos, as dificuldades para construir a união aduaneira e os programas de redução de tarifas debilitem a produção nacional, modificando o comércio intra-regional a favor do comércio com os Estados Unidos.

A interrogação atual é se o “regionalismo aberto” que quiseram construir lhes permitirá benefícios regionais e a participação em melhores condições na economia mundial, ou se responderá exclusivamente à necessidade de contar com um espaço regional, com instituições comuns que permitam que a relação com os Estados Unidos, e, face à ALCA, seja funcional para o tipo de integração que os Estados Unidos estão impondo.

Os processos de integração por si sós não resolvem os problemas estruturais das economias, mas influem, sim, seja para encontrar caminhos que lhes ofereçam saída, seja para torná-los mais complexos e acentuar as desigualdades. A grande interrogação continua sendo qual o papel que estes processos poderão desempenhar para aliviar as condições de pobreza, sendo que nesta condição encontram-se 44% dos salvadorenhos, 54% dos guatemaltecos, 74% dos hondurenhos e 65% dos nicaragüenses. É claro que eles não se somam ao número de consumidores que o livre comércio persegue, mas são sujeitos de novas orientações no tocante à sua relação com o espaço geográfico, que será alterado pela introdução de novas atividades e pelas novas formas de organização do trabalho e do investimento, que necessariamente os afetarão. Em suas manifestações e em sua resistência veremos as expressões da construção de alternativas, assim como as de defesa e afirmação da dominação e hegemonia por parte dos governos que manifestem o mesmo sentido comum norte-americano. O dinamismo destes processos, com avanços e retrocessos, mostra que este tipo de acordos, se realizados com as costas voltadas para a população, terão alcances limitados e, dependendo da força e da direção dos movimentos sociais, é provável que, entre o que já foi acordado e o endosso definitivo do possível tratado, ainda presenciemos muitas mudanças.

BIBLIOGRAFIA

- Bureau of Economic Analysis 2003 “Comprehensive Revision of the National Income and Product Accounts 1929 through second quarter 2003” em *BEA NEWS* (Washington: Department of Commerce) N° 48.
- Bush, 2002. Disponível em <<http://www.elsalvador.com>>.
- Ceceña, Ana Esther 2003 “América Latina en la geopolítica del poder” em *Alternativas Sur: el Área de Libre Comercio de las Américas* (Belgica/Madri: CETRI/CIP).

- CEPAL 2002 *Istmo Centroamericano: Evolución del Proceso de Integración Regional, 2000-2001* (México: CEPAL).
- CEPAL 2003a *Intensidad tecnológica del intercambio comercial del Istmo Centroamericano y la República Dominicana con el resto del mundo* (México: CEPAL).
- CEPAL 2003b *Istmo Centroamericano: competitividad e integración regional, 2001-2003* (México: CEPAL).
- CEPAL 2003c *Module to Analyse the Growth of International Commerce* (México: CEPAL).
- CEPAL 2004 *Module to Analyse the Growth of International Commerce* (México: CEPAL).
- El Diario de Hoy*. Disponível em <<http://www.elsalvador.com>>.
- De Ferranti, David et al. 2003 *Comercio para el Desarrollo en América Latina y El Caribe* (Washington: Banco Mundial).
- Gramsci Antonio 1975 *Notas Sobre Maquiavelo, Sobre Política y Sobre el Estado Moderno* (México: Juan Pablos).
- Ministerio de Comercio Exterior 2003 *Informe de la Ronda de Negociación* (San José da Costa Rica: Ministerio de Comercio Exterior) Ronda I, II, III, IV, V, VI, VII y VIII.
- Ministerio de Comercio Exterior 2003 *Tratado de Libre Comercio entre Centroamérica y Estados Unidos y agenda integral de Cooperación: Posición Nacional* (San José da Costa Rica: Ministerio de Comercio Exterior).
- Office of the United States Trade Representative 2003 *Free Trade with Central America*, 8 de janeiro. Disponível em <<http://www.ustr.gov>>.
- OMC 2001 *Examen de las Políticas Comerciales* (Estados Unidos da América: OMC) WT/TPR/88.
- Ramírez López, Berenice 2001 “Los esfuerzos de integración en Centroamérica” em *La nueva integración económica de América y el Caribe* (México: AUNA/BUAP/Umichoacana).
- Trigueros, Guadalupe “Estados Unidos y el TLC” em *El Diario de Hoy* (San Salvador). Disponível em <<http://www.elsalvador.com/especiales/tlc/tlcestu21.html>>.
- UNCTAD 2002 *Informe sobre las Inversiones en el Mundo* (Genebra: ONU).
- Zoellick, Robert 2003 “Conferencia de prensa” em *La Nación*, 18 de dezembro. Disponível em <<http://www.nacion.com>>.

ANEXO

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Produto Interno Bruto	3,3	2,7	4,0	2,5	3,7	4,5	4,2	4,5	3,7	0,5	2,2
Consumo Privado	3,3	3,3	3,7	2,7	3,4	3,8	5,0	5,1	4,7	2,5	3,4
Bens Duráveis	5,9	7,8	8,4	4,4	7,8	8,6	11,3	11,7	7,3	4,1	6,5
Bens Não-Duráveis	2,0	2,7	3,5	2,2	2,6	2,7	4,0	4,6	3,8	1,9	3,0
Serviços	3,5	2,8	2,9	2,6	2,9	3,3	4,2	4,0	4,5	2,4	3,0

Investimento Privado	8,1	8,9	13,6	3,1	8,9	12,4	9,8	7,8	5,7	-8,4	-1,2
Investimento Fixo	5,9	8,6	9,3	6,5	9,0	9,2	10,2	8,3	6,5	-3,2	-3,7
Não-residencial	3,2	8,7	9,2	10,5	9,3	12,1	11,1	9,2	8,7	-4,5	-7,2
Infra-estrutura	-6,0	-0,7	1,8	6,4	5,6	7,3	6,1	-0,4	6,8	-2,5	-18,4
Equipamento e software	7,3	12,5	11,9	12,0	13,8	13,3	12,7	9,4	-5,2	-2,8	19,3
Residencial	13,8	8,2	9,6	-3,2	1,9	7,6	6,0	0,8	0,4	4,9	8,5
Varição de estoques	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Exportações de Bens e Serviços

Exportações	6,9	3,2	8,7	10,1	8,4	11,9	2,4	4,3	8,7	-5,2	-2,4
Bens	7,5	3,3	9,7	11,7	8,8	14,2	2,2	3,8	11,2	-6,1	-4,0
Serviços	5,5	3,2	6,3	6,3	7,2	5,9	2,9	5,6	2,9	-3,1	1,4
Importações	7,0	8,8	11,9	8,0	8,7	13,6	11,6	11,5	13,1	-2,6	3,3
Bens	9,3	10,1	13,3	9,0	9,3	14,4	11,7	12,4	13,5	-3,2	3,7
Serviços	-2,6	2,9	5,7	33,0	5,5	9,4	11,4	6,9	11,1	0,4	1,4

Consumo do Governo e Investimento	0,5	-0,9	0,0	0,5	1,0	1,9	1,9	3,9	2,1	2,8	3,8
Federal	-1,7	-4,2	-3,7	-2,7	-1,2	-1,0	-1,1	2,2	0,9	3,7	7,9
Defesa	-5,0	-5,6	-4,9	-3,8	-1,4	-2,8	-2,1	1,9	-0,5	3,9	8,9
Não-defesa	6,9	-0,7	-1,2	-0,4	-0,7	2,6	0,7	2,8	3,5	3,5	6,2
Estatual e local	2,2	1,4	2,6	2,6	2,3	3,6	3,6	4,7	2,7	2,2	1,8

HEGEMONIAS E EMANCIPAÇÕES

Apêndice

Vendas finais e consumo doméstico	3,0	2,6	3,4	3,0	3,7	4,0	4,2	4,5	3,8	1,4	1,8
Compras Internas	3,3	3,2	4,4	2,4	3,8	4,8	5,3	5,3	4,4	0,7	2,8
Vendas finais	3,1	3,2	3,8	2,8	3,8	4,3	5,3	5,4	4,5	1,6	2,4
Produto Nacional Bruto	3,3	2,7	3,9	2,6	3,7	4,4	4,0	4,6	3,7	0,5	2,1
Renda Pessoal Disponível	3,4	1,0	2,7	2,8	3,0	3,5	5,8	3,0	4,8	1,8	3,8

Dólares Correntes

Produto Interno Bruto	5,7	5,0	6,2	4,6	5,7	6,2	5,3	6,0	5,9	2,9	3,8
Vendas finais e consumo doméstico	5,4	5,0	5,6	5,1	5,7	5,7	5,7	5,4	6,1	6,1	3,9
Compras Internas	5,8	5,5	6,6	4,5	5,7	6,2	6,0	7,0	7,0	2,7	4,2
Vendas finais	5,5	5,5	6,0	5,0	5,7	6,0	7,1	7,2	3,6	3,8	4,6
Produto Nacional Bruto	5,7	5,1	6,1	4,7	5,6	6,2	5,2	6,1	6,0	2,8	3,6
Renda Pessoal Disponível	6,4	3,4	4,9	5,0	5,2	5,3	6,8	4,7	7,5	3,8	5,2